



PARECER PRÉVIO Nº 35/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11699/2016.

Aposos: Processo nº 11210/2014 e 11905/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Fonte Boa.

4- Exercício: 2015.

5- Advogado: Não Possui.

6- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3773/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Fonte Boa. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 9.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas do **Sr. José Suedinei de Souza Araújo**, no curso do exercício de 2015. Ressaltando que a emissão do Parecer Prévio fundamenta-se nos termos do art. 219, incisos I e II da Resolução nº 04/2002, o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96, bem como o art. 31, §2º da Constituição Federal, e, a desaprovação das Contas do Município fundamenta-se no disposto no art. 223, §3º, da Resolução nº 04/2002. Enfatiza-se que o julgamento das Contas pela Câmara Municipal deve ser realizado com a celeridade que preconiza o art. 127, 5º, da Constituição Estadual.

10- Ata: 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 30 de Julho de 2019

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.



PARECER PRÉVIO Nº 35/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 35/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11699/2016.

Aposos: Processo nº 11210/2014 e 11905/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Fonte Boa.

4- Exercício: 2015

5- Responsável: Jose Suediney de Souza Araújo

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3773/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Fonte Boa. Exercício de 2015.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Fonte Boa, exercício de 2015, sob a responsabilidade do **Sr. José Suedinei de Souza Araújo**, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;

10.2. Considerar em Alcance o **Sr. José Suedinei de Souza Araújo**, no montante de **R\$ 60.000,00** (sessenta mil reais), nos termos do art. 304 c/c art. 305 da Resolução 04/2002 – TCE/AM, considerando que o responsável não apresentou defesa satisfatória relativa à celebração do Termo de Contrato n. 001/2015, para a prestação do serviço de assessoria contábil, por meio da contratação do Contador **Sr. Dilson Marcos Kovalski**, atestando o pagamento em duplicidade pela Prefeitura de Fonte Boa. Ressalta-se que o mencionado valor deve ser recolhido na esfera Municipal para a Prefeitura Municipal de Fonte Boa no prazo de **30** (trinta) dias, com comprovação perante este TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 35/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. José Suedinei de Souza Araújo**, responsável pela Prefeitura Municipal de Fonte Boa, exercício de 2015, no valor de **R\$ 30.000,00** (trinta mil reais), com fulcro no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, em vista da prática de ato ilegítimo ou antieconômico que resultou em injustificado dano ao erário fartamente abordado no Item II. VII da Proposta de Vota, uma vez que a Prefeitura despendeu verba pública em duplicidade quando realizou duas contratações para o mesmo serviço de contador.

A penalidade imposta deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM e art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, com as devidas atualizações monetárias (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. José Suedinei de Souza Araújo**, responsável pela Prefeitura Municipal de Fonte Boa, exercício de 2015, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), com fulcro no art. 54, IV, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 308, II, alínea "a", da Resolução nº 04/2002 (com as alterações realizadas pela Resolução n. 25/2012), em vista do desatendimento à diligência desta Corte de Contas, uma vez que a Comissão de Inspeção solicitou a apresentação de diversos documentos que foram omitidos, dificultando o trabalho dos servidores desta Corte no ato de apurar as questões previdenciárias fartamente abordadas no Item II.XVI.

A penalidade imposta deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM e art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não



ACÓRDÃO Nº 35/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, com as devidas atualizações monetárias (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02).

10.5. Aplicar Multa ao Sr. José Suedinei de Souza Araújo, responsável pela Prefeitura Municipal de Fonte Boa, exercício de 2015, no **valor de R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pelas infrações às normas legais e/ ou regulamentares que passo a apontar:

- 10.5.1.** Ausência de disponibilidade de pessoal para realizar o efetivo controle e fiscalização das obras, violando o disposto no art. 67, da Lei n.º 8.666/1993;
- 10.5.2.** Violação ao disposto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal n.º 6.496/1977 c/c o arts. 1º, 2º e 3º da Resolução n.º 425/1998 do CONFEA, no curso da execução das obras públicas analisadas;
- 10.5.3.** Ausência de remessa dos documentos necessários para compor a Prestação de Contas junto a esta Corte, por meio do Portal e-Contas, violando às disposições constantes na Resolução n. 13/2015 – TCE/AM;
- 10.5.4.** Violação às disposições constantes no artigo 51, §1º, inciso I, da Lei Complementar n. 101/2000;
- 10.5.5.** Ausência de apresentação do Parecer do Conselho de acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, pela violação à disposição constante no artigo 27, parágrafo único, da Lei n. 11.494/2007;
- 10.5.6.** Violação à disposição contida no artigo 105, §7º, da Constituição do Estado do Amazonas;
- 10.5.7.** Violação às disposições constantes nos artigos 86, 87 e 88 da Lei n. 8.666/93;
- 10.5.8.** Violação ao artigo 70, da Constituição Federal/88, uma vez que não observou a adoção das condutas necessárias para a implantação de um Sistema de Controle, tal como delineado no artigo 70, da Constituição Federal e no artigo 10, inciso III, da Lei n. 2.423/96;
- 10.5.9.** Violação do artigo 23, §5º, da Lei nº 8.666/93, em razão do fracionamento de despesa;
- 10.5.10.** Violação à disposição contida no artigo 9º, da Lei Complementar n. 06, de 22 de janeiro de 1991;
- 10.5.11.** Violação à disposição contida no artigo 105, §7º, da Constituição do Estado do Amazonas;



ACÓRDÃO Nº 35/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.5.12.** Violação ao disposto nos arts. 58 a 64 da Lei n.º 4.320/1964 c/c o artigo 75 da mencionada Lei;
- 10.5.13.** Violação ao disposto na Lei nº 11.494/2007 e na Resolução n. 11 de, 31 de maio de 2012 – TCE/AM;
- 10.5.14.** Violação ao disposto no artigo 32, inciso II, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, uma vez que não observou o prazo e as condições legais para remessa do Relatório de Gestão Fiscal a esta Corte de Contas;
- 10.5.15.** Violação ao disposto no artigo 48-A c/c o §2º, do art. 55 da LC 101/2000, bem como não comprovou o atendimento do disposto no artigo 49, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- 10.5.16.** Violação às disposições constantes nos art. 48 e o art. 48-A, da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais artigos da mencionada Lei;
- 10.5.17.** Violação às disposições constantes nas Leis Municipais n. 08/2013, n. 08/2015 e no art. 7º, da Constituição Federal;
- 10.5.18.** Violação ao artigo 20, da Lei Complementar n. 101/2000;
- 10.5.19.** Violação às normas legais estabelecidas no art. 32 da Lei Municipal n. 008/2015, bem como, em vista da violação de todas as normas previdenciárias estipuladas na Constituição Federal.

A penalidade imposta deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, **sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM e art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, com as devidas atualizações monetárias (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02).

- 10.6.** **Determinar**, desde já, a **instauração da cobrança executiva** no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;
- 10.7.** **Determinar** o arquivamento da Representação objeto do Processo n. 11.210/2014, nos termos do art. art. 11, inciso IV, letra "i", da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, uma vez que os contratos em questão referem-se



ACÓRDÃO Nº 35/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

a obras custeadas com recursos federais, sendo, portanto, competência do Tribunal de Contas da União – TCU auditar esses recursos federais;

- 10.8. Dar ciência** da decisão proferida contra o **Sr. José Suedinei de Souza Araújo**, ao **Ministério Público Federal** (por envolver irregularidades no FUNDEB e previdenciárias) e ao **Ministério Público Estadual**, para tomar as providências que entender necessárias, nas esferas civil e penal, para apurar a ocorrência de possíveis atos de improbidade administrativa apurados no curso desta Prestação de Contas;
- 10.9. Dar ciência** da decisão proferida contra o **Sr. José Suedinei de Souza Araújo**, ao **Ministério Público do Trabalho**, em virtude da ausência de pagamento dos direitos legais e constitucionais, abordados no Item II. XIV;
- 10.10. Dar ciência** da decisão proferida contra o **Sr. José Suedinei de Souza Araújo**, ao **Ministério da Previdência**, em virtude da ausência de repasse das contribuições previdenciárias ao Regime Geral, como fartamente abordado no Item II.XVI;
- 10.11. Dar ciência** da decisão proferida contra o **Sr. José Suedinei de Souza Araújo**, ao **Tribunal de Contas da União** acerca dos achados de auditoria relativos às suspeitas de irregularidades contidas no Processo n. 11.210/2014, que dizem respeito a obras custeadas com recursos federais;
- 10.12. Determinar à DICAMI** para que incluía no escopo da próxima Inspeção que ocorrerá no Município de Fonte Boa, a fiscalização dos questionamentos suscitados no Ofício n. 241/2015 – MPC – AM e que insira nos próximos planos de inspeção a verificação de elementos específicos no Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005/2014), tal qual foi determinado pelo Plenário no Item 9.2 da Decisão n. 197/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO (fls. 56/57);
- 10.13. Determinar** ao atual Prefeito do Município de Fonte Boa a adoção das seguintes medidas:
- 10.13.1.** Crie o serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas na forma exigida pela Lei n. 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação;



ACÓRDÃO Nº 35/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.13.2.** Observe as disposições contidas no artigo 70, da Constituição Federal/88, adotando ações que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno, nos termos dos arts. 31 e 74 da Constituição Federal;
- 10.13.3.** Observe as disposições contidas no artigo 37, II e IX, da CF/88, realizando concurso público para a investidura em cargos essenciais à atividade da Administração Pública, e, evitando a realização de contratação temporária da maneira usual como está sendo realizada;
- 10.13.4.** Observe as disposições constantes no artigo 20, da Lei Complementar n. 101/2000, a fim de que em casos análogos adotem as medidas saneadoras fartamente abordadas no Item II.XV da Proposta de Voto;
- 10.13.5.** Adote medidas para fiscalização, acompanhamento e restrição dos atos praticados pelo FUMPAS, apresentando ainda, com total transparência, por meio dos extratos bancários, todos os comprovantes de repasse ao FUMPAS, bem como a comprovação de todos os pagamentos realizados ao Regime Geral de Previdência;
- 10.13.6.** Qualifique seus servidores para integrarem o quadro de pessoal da Prefeitura, a fim de não mais existir a necessidade de contratar serviços que podem ser desempenhados por servidores ocupantes do Quadro
- 10.13.7.** Adote medidas para realizar um controle eficiente dos gastos com combustíveis, determinando a quantidade requisitada do combustível para abater do valor contratado, a identificação dos veículos abastecidos para aferir correspondência com atividades ligadas a cada órgão e os dias dessas transações para subsidiar o planejamento com esse tipo de gasto, objetivando o atendimento do princípio da economicidade e da eficiência;
- 10.14. Determinar à próxima Comissão de Inspeção do Município de Fonte Boa,** que verifique se o futuro gestor observou de forma adequada a adoção das seguintes medidas:
- 10.14.1.** Observância das disposições contidas no artigo 70, da Constituição Federal/88, adotando ações que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno, nos termos dos arts. 31 e 74 da Constituição Federal;
- 10.14.2.** Observe se foram adotadas medidas quanto à qualificação dos servidores para integrarem o quadro de pessoal da Prefeitura, a fim de não mais existir a necessidade de contratar serviços que podem ser desempenhados por servidores ocupantes do Quadro;



ACÓRDÃO Nº 35/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

10.14.3. Observe se foram adotadas medidas para realizar um controle eficiente dos gastos com combustíveis, determinando a quantidade requisitada do combustível para abater do valor contratado, a identificação dos veículos abastecidos para aferir correspondência com atividades ligadas a cada órgão e os dias dessas transações para subsidiar o planejamento com esse tipo de gasto, objetivando o atendimento do princípio da economicidade e da eficiência.

11- **Ata:** 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- **Data da Sessão:** 30 de Julho de 2019

13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13.1. **Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

14- **Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral